

BJIR

Brazilian Journal of International Relations

ISSN: 2237-7743 | Edição Quadrimestral | volume 11 | edição nº 2 | 2022

O COLAPSO DO PETRO-ESTADO VENEZUELANO: UMA ANÁLISE DA ERA MADURO

*William Adrian Clavijo Vitto;
Fernanda Delgado de Jesus;
João Victor Marques Cardoso*

 **Igepri**
Instituto de Gestão Pública e
Relações Internacionais

unesp 
UNIVERSIDADE ESTADUAL PAULISTA
"JÚLIO DE MESQUITA FILHO"

*A Brazilian Journal of International Relations (BJIR) está indexada no International Political Science Abstracts (IPSA),
EBSCO Publishing e Latindex*

O COLAPSO DO PETRO-ESTADO VENEZUELANO: UMA ANÁLISE DA ERA MADURO

THE COLLAPSE OF THE VENEZUELAN PETRO-STATE: AN ANALYSIS OF THE MADURO'S AGE

*William Adrian Clavijo Vitto¹; Fernanda Delgado de Jesus²;
João Victor Marques Cardoso³*

Resumo: O presente trabalho analisa as especificidades políticas e econômicas que influenciaram o colapso do Petro-Estado venezuelano durante os governos de Nicolás Maduro na Venezuela. Para isso, a pesquisa analisou os principais indicadores econômicos e sociais, com ênfase naqueles relacionados com a indústria do petróleo, e a evolução do processo político do país durante os últimos anos. Entre os resultados, o trabalho identificou que as causas da deterioração dos indicadores socioeconômicos estiveram relacionadas ao colapso da produção petrolífera e dos erros de política econômica desde a era Chávez, e que se acelerou com as sanções econômicas impostas ao país em 2017 e 2019. Contudo, apesar da instabilidade gerada pelo colapso econômico, variáveis internas e externas, como a aceleração do processo de “autocratização” e o apoio de aliados internacionais, permitiram a

¹ Cientista Político, pela Universidade Católica del Táchira (Venezuela), Mestre e Doutor em Políticas Públicas, Estratégias e Desenvolvimento, pelo Instituto de Economia da Universidade Federal do Rio de Janeiro. Desde 2015, atua como pesquisador do Grupo de Economia da Energia (GEE/UFRJ). Atualmente, é bolsista de Pós-doutorado do Programa de Recursos Humanos da Agência Nacional de Petróleo, Gás Natural e Biocombustíveis (PRH/ANP). Autor de vários artigos científicos e informativos no Brasil e no exterior em políticas públicas, economia política, economia institucional, economia da energia e geopolítica da energia. E-mail: william.clavijo1990@gmail.com. Orcid: <https://orcid.org/0000-0002-9396-3679>

² Mestre em Tecnologia da Informação pelo Centro Federal de Educação Tecnológica do Rio de Janeiro e Doutora em Planejamento Energético pela COPPE/ UFRJ, também do Rio de Janeiro. Atualmente é professora da Fundação Getúlio Vargas, FGV Energia, e Coordenadora do MBA em Gestão no Setor em Óleo e Gás e responsável pelas linhas de pesquisa em petróleo, gás, biocombustíveis e transição energética. Autora de vários artigos científicos e informativos publicados no Brasil e no exterior. Autora do livro *A Inserção do Brasil na Geopolítica Internacional do Petróleo*. É coautora nos seguintes livros: *Natural Resources and Policy Choices in Latin America*, *Geopolítica e Gestão Ambiental de Petróleo*, *The Regulation of Decommissioning Abandonment and Reuse Initiatives in the Oil and Gas Industry* e *Local Content and Sustainable Development in Global Energy Markets*. E-mail: Fernanda.Delgado2@fgv.br

³ Mestre em Ciência Política pela Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro (UNIRIO) e Bacharel em Relações Internacionais pela Universidade Federal Fluminense (UFF). Atualmente é pesquisador do Núcleo de Avaliação da Conjuntura da Escola de Guerra Naval (EGN), onde escreve para o *Boletim Geocorrente*. Participa de projetos de pesquisa da FGV Energia sobre geopolítica do petróleo e transição energética, além do *Informe Petropolítica*. Também atua no projeto de pesquisa *Integração Energética no continente africano*. E-mail: joao_marques@id.uff.br

Nicolás Maduro a manutenção do poder político da Venezuela, em detrimento do respeito à institucionalidade democrática do país.

Palavras-chave: Petro-Estado; Crise na Venezuela; Colapso Econômico; Nicolás Maduro.

Abstract: This paper analyzes the political and economic specificities that influenced the collapse of the Venezuelan Petro-State during the government of Nicolás Maduro in Venezuela. For this, the research analyzed the main economic and social indicators, with emphasis on those related to the oil industry and the evolution of the country's political process over the last few years. Among the results, the research identified that the causes of the deterioration of socioeconomic indicators were related to the collapse of oil production and the economic policy mistakes that had been dragged on since the Chávez era, and which was accelerated with the economic sanctions imposed on the country in 2017 and 2019. However, despite the instability generated by the unprecedented economic collapse in national history, internal and external variables, such as the acceleration of the “autocratization” process and the support of international allies, allowed Nicolás Maduro to maintain Venezuela's political power at the expense of the country's democratic institutions.

Keywords: Petro-State; Crisis in Venezuela; Economic Collapse; Nicolas Maduro.

Introdução

Desde inícios do século XX, a produção e comercialização de hidrocarbonetos tornaram-se determinante às condições estruturais da Venezuela, pois influenciam as mudanças socioeconômicas e a realidade política do país. A partir de 1914, a Venezuela tornou-se produtora em grau comerciável com a exploração do campo Mene Grande, no Lago de Maracaibo, superando o café, alguns anos depois, como o principal produto de exportação. A proeminência da indústria petroleira marcou a evolução da economia venezuelana, tendo como característica definidora a especialização nessa indústria, em detrimento dos demais setores produtivos (KARL, 1997).

Ao mesmo tempo, o petróleo impactou a formação das classes sociais, o desenvolvimento do aparato estatal e o protagonismo de determinados atores políticos (*Ibidem*, 1997). A concentração da renda petroleira no Estado, e sua condição de distribuidor, influenciou a criação de uma relação com a sociedade marcada por traçados clientelistas (ROSALES, 2018). As rendas auferidas pela exportação de petróleo também permitiram a modernização das instituições do Estado, a estabilização de regimes autoritários e a sustentação do sistema democrático na segunda metade do século XX. Contudo, a estabilidade econômica, social e política do país, ficou atrelada ao comportamento da cotação do barril de petróleo no mercado internacional⁴ (CHAUSTRE e MIJARES, 2020).

⁴ Na Venezuela, como é característico dos Petro-Estados, pelo menos desde começo do século XX, o desempenho do sistema econômico é influenciado pelas exportações de petróleo e pelo comportamento da cotação internacional do barril no mercado internacional, estando refém da volatilidade dos preços desse bem. As consequências dessa fragilidade

O prolongamento da dependência ao petróleo alcança e se aprofunda a partir da ordem política que emergiu com Hugo Chávez na Presidência da República (1999-2013). Os governos da era Chávez usaram as receitas da exportação de petróleo, em um contexto de preços elevados, para financiar a construção de um projeto político personalista e a debilitação da institucionalidade democrática. A partir de 2013, Nicolás Maduro foi eleito presidente com a tarefa de preservar o legado de Chávez, porém, em uma conjuntura econômica distinta, caracterizada pelo impacto da queda dos preços das *commodities* sobre as receitas do Estado e, portanto, a incapacidade de manter um gasto público elevado (LOPEZ-MAYA, 2016). Apesar do impacto dos preços deprimidos do barril de petróleo, entre 2014 e 2016, sobre a realidade político-econômica da Venezuela, a volatilidade do mercado, na verdade, desnudou a má gestão de uma economia dependente da indústria do petróleo, e da empresa estatal Petróleos da Venezuela S.A.

Entre 2017 e 2019, a crise na Venezuela atingiu o ponto mais crítico de sua história recente, o que guarda relação com o esgotamento do modelo econômico chavista, em uma clara exacerbação do histórico modelo rentista petrolífero junto a políticas econômicas próprias com sérias repercussões nos setores produtivos do país (ROSALES, 2018). Nesse período, o país também foi impactado por sanções financeiras e comerciais que contribuíram para acelerar a deterioração socioeconômica e, por conseguinte, a agudização da crise política nacional (MONALDI *et al.*, 2020).

Considerando as dimensões da crise, o objetivo deste trabalho é investigar como as especificidades políticas e econômicas da Venezuela resultaram no atual nível dos indicadores socioeconômicos do país. Igualmente, objetiva-se entender como o regime chavista conseguiu se manter no poder apesar da instabilidade política gerada pelo quadro de crise generalizada. Considerando que a Venezuela tem o maior volume de reservas petrolíferas do planeta e o petróleo é um elemento estruturante das vulnerabilidades político-econômicas do país (DE JESUS; CARDOSO, 2019), as hipóteses deste trabalho apontam que a crise foi aprofundada pela má gestão petrolífera desde o governo Chávez e a manutenção do regime político responde a variáveis internas, como o uso da renda petrolífera para financiar um sistema de dominação e controle social; e, externas, como a construção de alianças internacionais.

As discussões deste trabalho estão divididas em quatro seções. A seção 1 descreve a evolução da indústria venezuelana de petróleo no tempo recente e o colapso experimentado ao longo do governo Maduro. A seção 2 analisa o impacto do colapso da produção petrolífera sobre os principais indicadores econômicos e sociais do país. A seção 3 aborda o aprofundamento da crise política no

estrutural já tinham sido sentidas na Venezuela durante as décadas de 1980 e 1990, com efeitos do contrachoque do petróleo sobre os indicadores socioeconômicos e reverberações sobre a legitimidade do sistema político (KARL, 1997; ARRAIZ LUCCA, 2007).

governo Maduro e suas consequências sobre a institucionalidade democrática. Por fim, a seção 4 analisa as reverberações da crise venezuelana no plano internacional.

1. O colapso da indústria petrolífera venezuelana

A atual crise econômica na Venezuela tem relação profunda com o colapso da indústria petrolífera nacional. Após ser um dos principais países exportadores de petróleo na história, a produção petroleira do país tem caído a níveis inéditos em mais de oitenta anos, se convertendo em um ator marginal no mercado internacional. As causas desse colapso guardam relação com mais de vinte anos de erros na gestão da política petroleira, na administração da PDVSA e, recentemente, a fatores associados à crise política que motivou a imposição de sanções econômicas contra a estatal de petróleo e outras organizações do Estado venezuelano.

Vários fatores contribuíram para a deterioração da indústria petroleira venezuelana. Na década de 2000, colocou-se o fim da política de autonomia da PDVSA, gerando a politização da estatal e a dilapidação do relacionamento entre governo nacional e trabalhadores da empresa (ARRAIZ LUCCA, 2007). Nesse contexto, o governo do ex-presidente Chávez acabou minando parte do capital humano que a estatal havia desenvolvido em mais de 20 anos, após a demissão de mais de 18 mil técnicos da empresa (RAMIREZ, 2018). No mesmo governo, as seguidas decisões de política pública no setor de petróleo afetaram negativamente tanto a credibilidade do Estado enquanto agente respeitoso dos contratos quanto a atratividade do segmento *upstream* venezuelano (MONALDI *et al.*, 2020).

Entre essas decisões, destaca-se a quebra dos termos de contratos já assinados com empresas estrangeiras que se negaram a realizar a conversão para empresas mistas (*Joint Ventures*), culminando a expropriação e a estatização de vários ativos em 2007. Destaca-se também a reforma do marco regulatório da indústria com um viés nacionalista, aumentando as participações governamentais ao ponto de desestimular investimentos estrangeiros (MONALDI *et al.*, 2020). Ademais, a PDVSA começou a apresentar sinais de mau gerenciamento, negligência e problemas operacionais em suas distintas áreas de atividade (BAHAR *et al.*, 2019), a exemplo dos numerosos casos de corrupção na

administração dos recursos financeiros⁵, utilização com fins políticos⁶ ou em atividades não relacionadas à indústria do petróleo⁷ (MORA CONTRERAS, 2019).

Apesar do ciclo de elevados preços das *commodities* na década de 2000 e de planos governamentais para ampliar a produção, a alta gerência também aumentou o endividamento da estatal para compensar a utilização das suas receitas em atividades não fundamentais à indústria. O lançamento do plano *Siembra Petrolera*, em 2006, objetivava alavancar a produção para 5,3 milhões de barris por dia (MMbbl/d) até 2012, mas a meta não foi atingida apesar de a PDVSA e suas parceiras em *joint ventures* terem alocados quase US\$ 69 bilhões em investimentos em exploração e produção (E&P) nesse período, equivalente a 91% dos desembolsos planejados (MONALDI et al. 2020).

De acordo com dados do Banco Central da Venezuela (BCV), citadas por Mora Contreras *et al.* (2017), as exportações petroleiras superaram a faixa dos US\$ 800 bilhões entre 1999 e 2014. Em contrapartida, a dívida financeira da companhia cresceu de US\$ 3 bilhões, em 2006, para US\$ 45,7 bilhões, em 2014. Ademais, a estatal ficou diretamente envolvida nos acordos assinados entre Chávez e a China para a concessão de empréstimos a serem pagos em óleo por valores superiores a US\$ 60 bilhões (ROSALES, 2018)⁸.

A era Maduro herdou e manteve os erros de política petroleira cometidos durante os governos de Hugo Chávez. Além disso, a chegada de Maduro ao poder ocorreu em um contexto de mudança no mercado internacional de petróleo, principalmente, a partir da queda dos preços em 2014. A nova conjuntura descortinou as consequências da incompetência que caracterizou a administração da PDVSA, sua capacidade para sustentar a própria produção e seus empreendimentos nas empresas mistas. Adicionalmente, a partir de 2017, fatores externos passaram a afetar as operações da estatal, por meio de sanções financeiras impostas em agosto daquele ano, seguidas por sanções comerciais a partir de 2019 (CRS, 2020).

Segundo dados fornecidos pela estatal, o pico da produção durante os governos Chávez ocorreu em 2005, atingindo 3,1 MMbbl/d (ver gráfico 1). Quando Nicolás Maduro tomou posse, em 2013, a

⁵ O desempenho dessa indústria no período analisado também se viu seriamente prejudicado pela corrupção administrativa na PDVSA, o que se prolonga durante o governo de Nicolás Maduro. De acordo com dados de uma pesquisa conduzida por Transparencia Venezuela, RunRunes, El Pitazo e TalCual, foram documentados 92 casos de suposta corrupção na gestão da PDVSA durante o período 1999-2020, envolvendo US\$ 42,3 bilhões (TalCual, 2020).

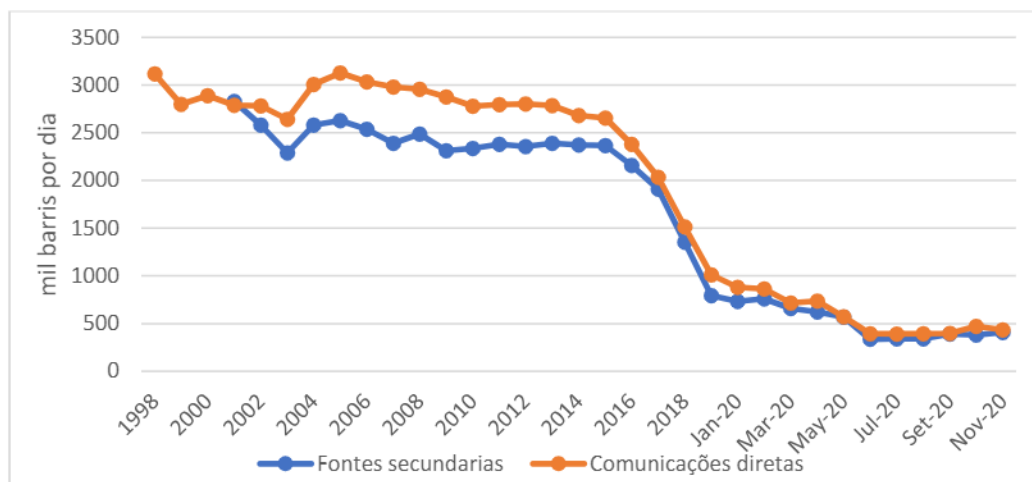
⁶ Além do circuito de reparto interno da renda internacional no país, existente desde 1920, para distribuir recursos econômicos oriundos da PDVSA entre governos estaduais e municipais, o governo Chávez criou um circuito paralelo ao orçamento nacional. Neste se repartiu direta e discricionariamente recursos da PDVSA a organizações sociais que faziam parte da sua clientela política e para a construção de uma nova economia do socialismo do século XXI (MORA CONTRERAS, 2019).

⁷ Até 2015, a PDVSA destinou US\$ 255 bilhões para o financiamento de programas sociais, limitando os recursos disponíveis da empresa para realizar investimentos na indústria (ABUELAFIA e SABOIN, 2020).

⁸ Desde 2013, mesmo com os preços do petróleo ainda altos, os mercados de capital cessaram empréstimos à Venezuela devido ao crescente déficit fiscal e à elevada dívida financeira acumulada pela PDVSA (BAHAR et al., 2019).

produção de petróleo se encontrava na faixa dos 2,7 MMbbl/d, equivalente a 60% das metas propostas para 2012. No *Plan de la Patria*, também em 2012, o então governo Chávez revisou as metas de aumento da produção para mais de 6 MMbbl/d e estimou investimentos de US\$ 257 bilhões até 2018, dos quais, US\$ 49 bilhões viriam de empresas parceiras (MONALDI *et al.*, 2020).

Gráfico 1: Produção de petróleo na Venezuela (1998-2020)

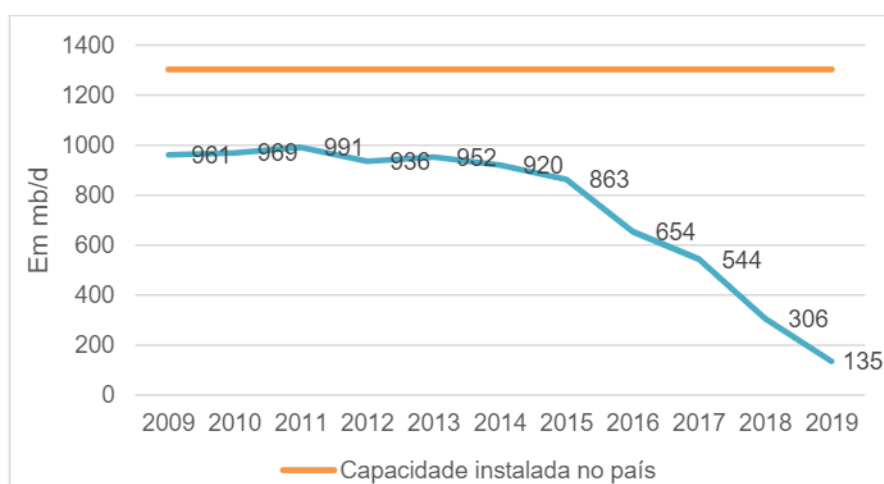


Fonte: elaboração própria a partir de dados da OPEP.

Segundo dados disponíveis da PDVSA, entre 2013 e 2016, foram desembolsados apenas US\$ 44,2 bilhões em CAPEX – pouco mais de 20% do volume previsto para E&P até 2018 –, evidenciando as dificuldades financeiras da empresa para cumprir as metas estabelecidas nos planos (PDVSA, 2016). No âmbito das *joint ventures*, a Rystad Energy estimou que os investimentos em E&P foram de pouco mais de US\$ 20,6 bilhões, dos quais quase a metade foi realizado por parceiras internacionais (MONALDI *et al.*, 2020).

Nos primeiros dois anos do governo Maduro, a produção petrolífera caiu de uma média de 2,7 MMbbl/d, em 2013, para 2,56 MMbbl/d, em 2015. Em 2016, a estatal reportou uma média de produção de 2,3 MMbbl/d, isto é, menos 300 mil barris por dia (bpd) comparado ao ano anterior. Durante o primeiro semestre de 2017, dois meses antes de ser adotada a primeira sanção financeira, a produção caiu para 2,1 MMbbl/d (BAHAR *et al.*, 2019).

Já no segmento *downstream*, embora a capacidade interna de refino da PDVSA seja de 1,3 MMbbl/d, o fator de utilização despencou de 936 mil bpd para 135 mil bpd entre 2012 e 2019 (ver gráfico 2).

Gráfico 2: Capacidade de refino na Venezuela (2009-2019)

Fonte: elaboração própria a partir de dados da BP, 2020

Apresentado o contexto de crise pré-existente, esta se aprofundou com as sanções colocadas a partir de 2017 e 2019 pelos Estados Unidos (EUA) contra a PDVSA e outras entidades do Estado venezuelano, conforme vinham à tona a sistemática violação dos direitos humanos e a deterioração das instituições democráticas (CRS, 2020).

Em agosto de 2017, por meio da Ordem Executiva (O.E.) n° 13.808, o Departamento do Tesouro proibiu a renegociação de dívidas e a emissão de títulos de ações no sistema financeiro norte-americano, tanto do governo venezuelano quanto para a estatal PDVSA. A medida também proibiu o pagamento de dividendos da filial da PDVSA nos EUA, a Citgo Petroleum Corporation (CRS, 2020).

Em janeiro de 2019, em conformidade com a O.E. n° 13.850, o Departamento do Tesouro determinou o congelamento de todos os ativos da PDVSA localizados em território sob jurisdição dos EUA, e proibiu a cidadãos e empresas norte-americanas de realizar transações com a estatal venezuelana, banindo as exportações da estatal para seu principal mercado. Dessa forma, a partir de janeiro desse ano, a PDVSA perdeu o acesso a um mercado que, nessa data, recebia em torno de 500 mil bpd da Venezuela. A O.E. n° 13.884, de agosto de 2019, bloqueou as propriedades do Estado venezuelano nos EUA. A ordem também proibiu os cidadãos norte-americanos de se envolverem em transações com o regime de Nicolás Maduro, exceto aquelas autorizadas pela Agência de Controle de Ativos Estrangeiros dos EUA (OFAC, em inglês). O decreto também autorizou a imposição de sanções secundárias, individuais, financeiras e comerciais para cidadãos de outras nacionalidades que apoiam o regime chavista, incluindo empresas de energia que trabalham com a PDVSA (CRS, 2020).

Dessa forma, em meio às sérias dificuldades que já experimentava a indústria petrolífera venezuelana, a partir da segunda metade de 2017, a trajetória de declínio da produção experimentou uma aceleração que se pode relacionar ao impacto das sanções. De acordo com estimativas de Anova

Policy Research (2020), entre agosto de 2017 e dezembro de 2019, a produção de petróleo caiu em 1,24 MMbbl/d, dos quais as sanções seriam responsáveis por 45,2% de declínio acumulado nesse recorte de tempo. Nessas condições, ao longo de 2020 a produção também passou de 800 mil bpd, em janeiro, para a faixa dos 400 mil bpd em dezembro. Esse colapso da indústria petrolífera nacional trouxe impactos socioeconômicos sem precedentes.

2. Impactos socioeconômicos do colapso petroleiro

O regime político que emergiu com Hugo Chávez, a partir de 1999, foi beneficiado pela conjuntura internacional positiva aos países exportadores de petróleo. O modelo de desenvolvimento econômico impulsionado desde então, e mantido por Nicolás Maduro, exacerbou a dependência na produção e exportação de petróleo como forma de sustentação (PUENTE, 2013; ROSALES, 2018). Diferentemente dos governos anteriores, com o interesse por transcender o capitalismo, neste caso, de corte rentista, o regime acabou aprofundando os elementos de fraqueza estrutural já existente e introduzindo outros novos.

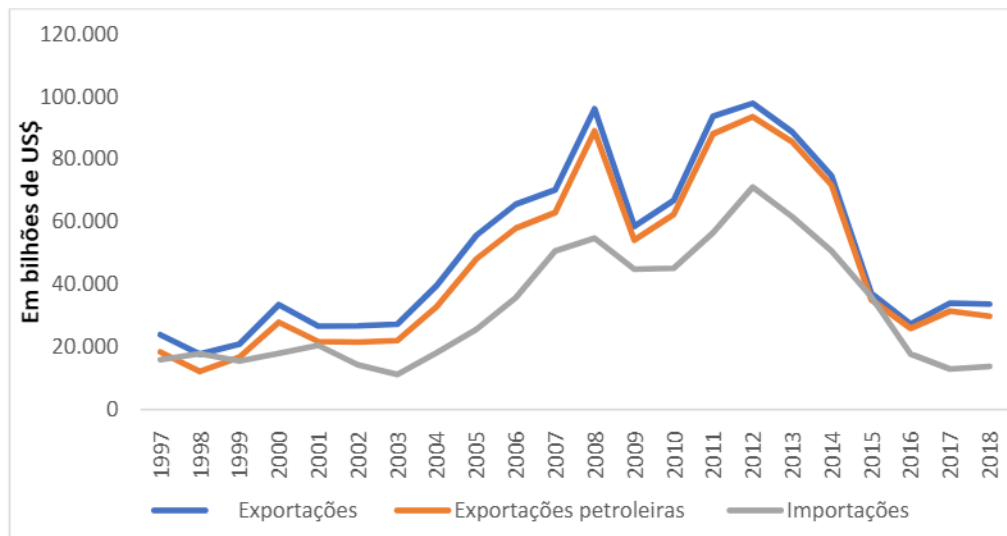
Desde o início, o Chavismo avançou na adoção de um pacote de reformas e políticas econômicas que aumentou a intervenção do Estado na economia, com impacto negativo sobre a segurança jurídica e os incentivos para investir no país. Com esse intuito, foram adotados controles no sistema de preços de produtos e serviços, controle da cotação do dólar no mercado cambial, e expropriação de uma longa lista de empresas e ativos produtivos (ROSALES, 2018). Para mitigar o impacto dessas medidas, o governo utilizou os recursos petroleiros e a dívida pública para financiar a importações de bens de consumo, enquanto, a economia doméstica não petroleira experimentava uma forte contração (MORA CONTRERAS, 2019; ABUELAFIA e SABOIN, 2020).

O impacto dessas políticas sobre os distintos setores da economia foram substanciais. Dados do Instituto Nacional de Estatística (INE) apontam que, em 1996, existiam quase 12,7 mil empresas industriais. Em 2007, último ano em que essa instituição realizou o censo industrial, o número de empresas tinha se reduzido para 5,6 mil (DEBATE IESA, 2015). Entre 2002 e 2016, os governos chavistas expropriaram 692 empresas, principalmente, nos setores manufatureiro (49%), construção (27%) e petróleo (12%). Em 2011, a maioria delas não estava produzindo ou estava reportando perdas, com impactos sobre as contas fiscais do Estado (ABUELAFIA e SABOIN, 2020).

Entre 1998 e 2014, as exportações venezuelanas de bens passaram de US\$ 17,7 bilhões para US\$ 74,6 bilhões, atingindo o pico em 2012, com US\$ 97,8 bilhões. Nesse período, a participação das exportações petroleiras nas exportações totais passou de 80% para 96%. Paralelamente, as importações

aumentaram de US\$ 17,8 bilhões para 50,7 bilhões no mesmo recorte de tempo, atingindo um pico em 2012, na faixa dos US\$ 70 bilhões (ver gráfico 3) (BCV, 2021).

Gráfico 3: Venezuela: balanço comercial



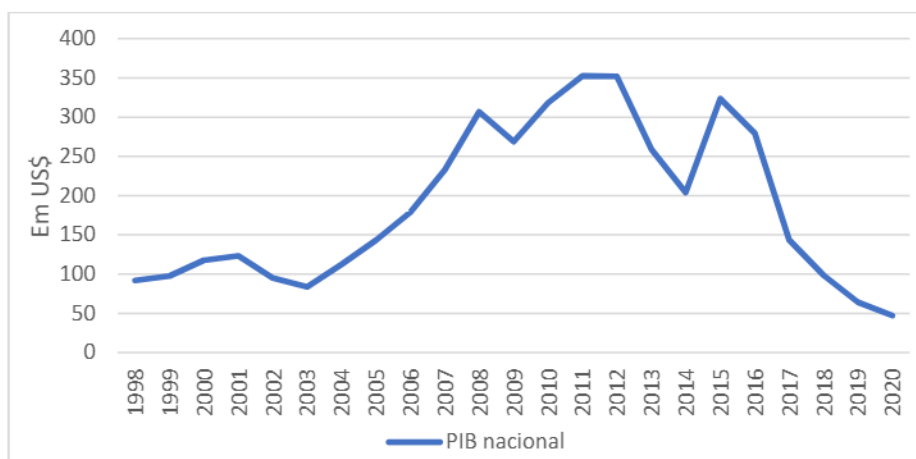
(*) exportações petrolíferas, excluindo serviços.

Fonte: elaboração própria a partir de dados do BCV.

Entre 1999 e 2015, o gasto corrente do setor público em proporção com o Produto Interno Bruto (PIB) se duplicou. Apesar da conjuntura de preços altos das *commodities*, durante a primeira e início da segunda década de 2000, a dívida externa do país aumentou (ABUELAFIA e SABOIN, 2020). Assim, os compromissos externos do Estado venezuelano passaram de US\$ 29 bilhões, em 1999, para US\$ 129 bilhões, em 2015⁹. Paralelamente, o nível de reservas internacionais passou de US\$ 14,8 bilhões, em 1998, para o pico de US\$ 43 bilhões, em 2008, e, então, caindo a US\$ 22 bilhões, em 2014 (BCV, 2021).

Em decorrência dessas políticas, o país ficou ainda mais suscetível às mudanças na cotação dos preços internacionais do petróleo, que despencaram em 2014. Em 2015, a economia venezuelana experimentou uma recuperação, porém, para voltar a cair, acompanhando o declínio da produção de petróleo (ver gráficos 1 e 4).

⁹ Dentro do volume de recursos captados, encontra-se os US\$ 60 bilhões adquiridos em empréstimos com a China para serem pagos com petróleo, tendo como condição que as amortizações de dívida por queda dos preços do barril fossem realizadas em espécie. Com a queda da cotação internacional do petróleo, a PDVSA teve que destinar maiores volumes de petróleo para cumprir com seus compromissos financeiros com a China. Em duas oportunidades o país asiático permitiu a suspensão no pagamento das dívidas devido aos problemas financeiros da estatal e do governo Maduro (CLAVIJO e ALMEIDA, 2020).

Gráfico 4: Evolução do Produto Interno Bruto venezuelano entre 1998 e 2020

Fonte: elaboração própria a partir de dados do FMI.

Tal como mostra o gráfico 4, o PIB recuou de US\$ 323,6 bilhões, em 2015, para US\$ 98,4 bilhões, em 2018. Em 2019, o PIB foi ainda menor, contabilizando US\$ 63,96 bilhões (FMI, 2021). As taxas de crescimento do PIB real por paridade de poder de compra, por exemplo, tiveram declínios de 16,5% em 2016, 14% em 2017 e 13% em 2018, apresentando uma realidade muito distinta daquela em 2005, quando o crescimento superava os 10% (OPEP, 2019). As exportações totais, por sua vez, caíram de US\$ 74,7 bilhões, em 2014, para US\$ 27 bilhões, em 2016, apresentando moderada recuperação para US\$ 34,9 bilhões, em 2017, e voltando a cair para US\$ 33,6 bilhões em 2018. As exportações petrolíferas recuaram de US\$ 71,7 bilhões, em 2014, para US\$ 26 bilhões, em 2016, experimentando uma recuperação para US\$ 31,5 bilhões, em 2017, e, voltando a cair para US\$ 29,8 bilhões, em 2018 (BCV, 2021)¹⁰. Em 2019, as exportações totais somaram US\$ 23,7 bilhões, sendo que o setor petróleo cobriu US\$ 22,5 bilhões. Desse modo, com o setor capital-intensivo de óleo e gás abrangendo 25% do PIB e a dependência em adquirir reservas internacionais mediante este setor, as importações despencaram de US\$ 50,7 bilhões, em 2014, para US\$ 13,7 bilhões, em 2018 (OPEP, 2019; BCV, 2021).

A partir dessa análise, verifica-se que a crise não se restringiu à conjuntura de preços de petróleo deprimidos até 2016. Na verdade, enfrenta-se uma grave escassez de financiamento, agravado com as sanções financeiras e comerciais, com um déficit orçamentário estimado em 29,9% do PIB no fim de 2019 (TRADING ECONOMICS, 2020). A monetização deste déficit, por sua vez, somada à escassez na oferta de bens de consumo e o acesso restrito às reservas internacionais, contribuiu para

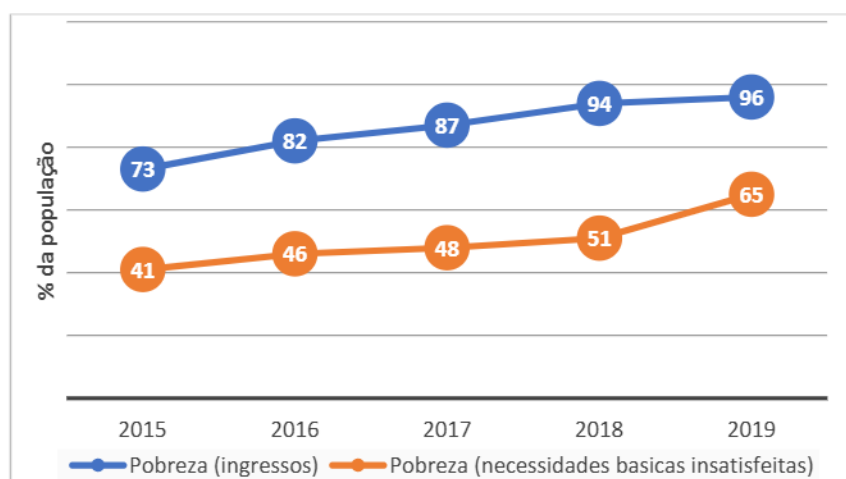
¹⁰ Segundo dados da OPEP (2019), neste período houve um crescimento do percentual do setor de hidrocarbonetos nas exportações nacionais, de 96%, em 2014, para 99%, em 2018.

uma trajetória inflacionária ascendente¹¹. Dessa forma, o país passa por uma severa contração econômica de mais de 60% desde 2014, marcada pelo consumo privado corroído por cinco anos de hiperinflação e pela queda da importação de produtos básicos, gerando fortes impactos sobre o bem-estar da população (FMI, 2021).

Em matéria social, até 2015, os governos de Chávez e de Maduro direcionaram parte importante das receitas da atividade petroleira para o financiamento de programas sociais e serviços básicos. Na maioria dos casos, as rendas captadas no exterior foram direcionadas por meio de uma relação clientelista, visando fortalecer o poder do governo sobre a sociedade (ROSALES, 2018). Contudo, as políticas sociais impactaram positivamente na redução da taxa de pobreza de 50% (1998) para 30% (2013). No mesmo período, a desigualdade, expressa pelo Coeficiente de Gini, reduziu de 0,498 para 0,40, uma das menores taxas da região (Banco Mundial, 2021). Em relação ao Índice de Desenvolvimento Humano (IDH), houve um crescimento expressivo durante o governo Chávez, de 0,676 (2000) para 0,770 (2012) (PNUD, 2020a).

Com o início da crise econômica no país, a partir de 2013, os resultados sociais começaram a experimentar um rápido retrocesso que se mantém até o momento atual (2021). Nesse contexto, o governo Maduro restringiu a divulgação de dados públicos. De acordo com dados da *Encuesta Nacional de Condiciones de Vida* (ENCOVI), elaborada pela Universidade Católica Andres Bello (UCAB), a pobreza medida por nível de ingressos aumentou de 73% a 96% entre 2015 e 2019/20 (ver gráfico 5).

Gráfico 5: Evolução da situação de pobreza na Venezuela



Fonte: ENCOVI e cálculos do BID apud. Abuelafia e Saboin, 2020.

¹¹ Em decorrência das restrições de financiamento, a partir de 2014, o BCV começou a emitir moeda para financiar a PDVSA e outras empresas públicas. Em 2017, a monetização do déficit atingiu 10% do PIB, provocando uma hiperinflação que se mantém até a atualidade (ABUELAFIA e SABOIN, 2020).

Medida por necessidades básicas insatisfeitas, a proporção da população em situação de pobreza também aumentou em mais de 20%, em decorrência da deterioração do poder aquisitivo das famílias e do padrão de vida (ABUELAFIA e SABOIN, 2020). Entre 2014 e 2019, o IDH despencou de 0,775 (2014) para 0,711 (2019), perdendo 44 posições nesse período (PNUD, 2020). Houve também impactos na desigualdade, já que, em 2018, a Venezuela atingiu 0,62 no Coeficiente de Gini, se convertendo no maior da região nesse ano (ABUELAFIA e SABOIN, 2020).

Em 2019, avaliando os impactos econômicos sobre o bem-estar social da população, a Secretaria Geral das Nações Unidas estimou a existência de mais de sete milhões de pessoas na Venezuela em necessidade de assistência humanitária (ONU, 2019). Adicionalmente, em informe de 2020, o Programa Mundial de Alimentos estimou que 9,3 milhões de venezuelanos, equivalente a 32% da população, encontrava-se em situação de insegurança alimentar aguda. Com esse resultado, a Venezuela se converteu no país com a quarta maior crise alimentar em nível mundial, estando somente atrás do Iêmen, da República Democrática do Congo e do Afeganistão (WFP, 2020). Em decorrência dessa situação, segundo cifras das agências da ONU, 5,5 milhões de venezuelanos abandonaram o país, provocando o maior êxodo migratório na história das Américas, e o segundo maior em nível mundial, depois da Síria (R4V, 2021).

Dessa forma, o impacto do colapso da indústria petrolífera nacional arrastou consigo os indicadores econômicos e sociais do país. Essa deterioração socioeconômica também impactou as instituições políticas, inclusive com implicações regionais.

3. O aprofundamento da crise política

A morte de Hugo Chávez e a ascensão de Nicolás Maduro como seu sucessor teve lugar após mais de uma década de transformações no sistema político venezuelano. Chávez, logo após tentar tomar o poder pela via armada, chegou ao governo pela via democrática, em 1998, com uma agenda de reformas que gerou resistência de setores políticos e econômicos ao ponto de apartá-lo temporariamente da presidência em abril de 2002 (ARRÁIZ LUCCA, 2007). O retorno de Chávez enrijeceu o projeto político autoritário mediante o controle da PDVSA, a fonte de recursos econômicos para financiar seus planos; a depuração e a politização das Forças Armadas; e, após a decisão da oposição política de não participar nas parlamentárias de 2005, o controle absoluto da Assembleia Nacional (AN) (ROSALES, 2020; LOPEZ-MAYA, 2016). Desde então, o critério para a nomeação

de candidatos a cargos de eleição popular e a demais poderes públicos também passou a ser a lealdade comprovada ao líder¹².

Na renovação de poderes públicos, durante a segunda metade da década de 2000, somente pessoas leais eram nomeadas, o que, em vários casos, descumpria os requerimentos legais de nomeação de candidatos (ACNUDH, 2020a). O governo Chávez instrumentalizou os poderes públicos para avançar na consolidação do seu projeto político, em muitos casos, violentando os direitos civis, políticos, econômicos e sociais da população. Dessa forma, conforme ocorriam processos eleitorais, o governo Chávez, apoiando-se no carisma do líder e nos recursos do Estado, fez uso dos poderes públicos para extrair vantagem sobre as forças políticas opositoras, permitindo garantir a vitória em quase todas as disputas eleitorais (CORRALEZ, 2020)¹³.

Nessas condições, Maduro ascendeu à cúpula do poder político sob a base de um regime com características autoritárias. O novo governo reacomodou a saída de alguns altos funcionários e a lealdade de grupos remanescentes, com ênfase nas forças de segurança, através do aumento da participação privilegiada na estrutura do Estado. Ademais, Maduro reafirmou o respaldo a grupos civis armados ou paramilitares, garantindo impunidade em troca do controle de bairros populares e da repressão de protestos populares (ACNUDH, 2018; 2019). Igualmente, receberam apoio os grupos paramilitares para reprimir a população descontente e manter o controle social de várias regiões venezuelanas (LOPEZ-MAYA, 2019; ACNUDH, 2018; 2020a).

O quadro de deterioração socioeconômica no país trouxe como consequência o aumento do conflito social expresso em protestos a partir de 2014, que apesar de serem iniciados pacificamente por setores políticos e da sociedade civil, em vários casos, acabaram em situações de violência (LOPEZ-MAYA, 2016; ROSALES, 2020). Do lado do governo, o uso da força por corpos oficiais de segurança e paraestatais para reprimir e controlar os protestos, deu lugar ao aumento dos casos documentados de violações aos direitos humanos (ACNUDH, 2020b)¹⁴.

Nesse período, sem o apoio popular que o chavismo mobilizava no passado para se legitimar nacional e internacionalmente, agudizou-se a instrumentalização dos poderes públicos, especialmente

¹² Vários acadêmicos especialistas no processo político venezuelano coincidem em associação a evolução dos governos de Chávez com a transição para um regime autoritário. Mainwaring (2012), Corralez e Penfold (2011) e Alarcon Deza (2016) coincidem que a partir de 2006 o governo Chávez transitou de uma democracia para um regime híbrido ou de autoritarismo competitivo. Levitsky e Ziblatt (2018) e Lopez-Maya (2016) coincidem em que a partir de 2010, a Venezuela transitou para um regime autoritário sem adjetivos. E, Lopez-Maya (2019) argumenta que, a partir de seu primeiro governo, Nicolás Maduro transitou para um regime autocrático.

¹³ Corralez (2020) mapeou, entre 1998 e 2018, as ações do poder eleitoral para dar vantagem ao Chavismo, além das evidências de imparcialidade e arbitrariedade pelos poderes públicos.

¹⁴ A ocorrência de casos documentados de perseguição política aumentou consideravelmente a partir de então, a exemplo de detenção arbitrária, violação do acesso à justiça e ao devido processo legal, desaparecimentos, torturas e execuções sob custódia policial (ACNUDH, 2020b).

após a derrota nas eleições legislativas de 2015. Naquele ano, a oposição obteve maioria qualificada de 112 das 167 poltronas. Em dezembro de 2015, adiantou-se irregularmente a renovação de treze magistrados do Tribunal Supremo de Justiça (TSJ) com a finalidade de assegurar o controle sobre eles, que sentenciaram, desde janeiro de 2016, a AN em desacato, desconhecendo todas as suas decisões (ACNUDH, 2020a; ACNUDH, 2020b)¹⁵.

Em 2017, o TSJ retirou oficialmente as competências da AN e a imunidade dos parlamentares. Em pleno contexto de protestos pela decisão contra o Parlamento, Maduro convocou eleições para a ativação da Assembleia Nacional Constituinte (ANC), desrespeitando as normas para este mecanismo (ACCESO A LA JUSTICIA, 2020). Uma vez constituída a ANC, Maduro solicitou ao órgão supraconstitucional adiantar as eleições presidenciais. A realização destas, em maio de 2018, sem condições mínimas de integridade eleitoral, implicou na decisão dos partidos da oposição e das lideranças ainda habilitadas politicamente de não participarem do pleito, repercutindo em parte da comunidade internacional a ilegitimidade dos resultados (LOPEZ-MAYA, 2019; ACNUDH, 2020b; CANADÁ, 2018).

No início de 2019, a maioria oposicionista no Parlamento, baseada no Artigo 138 constitucional, declarou Nicolás Maduro como usurpador do poder Executivo. Igualmente, baseado no Artigo 233, argumentando a inexistência de um presidente eleito e, atendendo as disposições constitucionais, o presidente da junta diretiva da Assembleia Nacional, o deputado Juan Guaidó, se proclamou presidente interino da República com o compromisso de convocar novas eleições em trinta dias (HERNANDEZ, 2019; LOPEZ-MAYA, 2019). Tal proclamação foi imediatamente reconhecida por mais de cinquenta Estados, principalmente das Américas e da Europa, aprofundando-se a crise institucional ao longo de 2019 e 2020.

Apesar da legitimidade que sustentaria a proclamação de Juan Guaidó como presidente interino, da pressão interna e externa, não há uma ameaça realista de derrubada do regime de Nicolás Maduro, cuja estabilidade se mantém através do controle do aparato estatal. Esse controle abrange a lealdade do alto mando militar, a colaboração de grupos paramilitares espalhados pelo território e a ampla rede de operações de inteligência e contrainteligência mantidas com apoio cubano. Somado a isso, o aparato de comunicação a serviço do projeto revolucionário, desenhado desde os governos Chávez para plantar constante incerteza e desinformação, como alegadas tentativas de golpe de Estado para legitimar atividades repressivas (MIJARES, 2020). Com base nessas fontes de poder, aumentaram

¹⁵ Nesse ano, usando um poder eleitoral submisso também suspendeu a realização tanto do referendo revogatório presidencial, quanto das eleições para governadores e prefeitos (LOPEZ-MAYA, 2019).

as ações de repressão a protestos, perseguição e detenções contra dirigentes políticos, funcionários militares suspeitos de traição e deputados da Assembleia Nacional (ACNUDH, 2020a; 2020b).

Sem recursos de poder na oposição para além do legítimo período de maioria qualificada no Parlamento, o regime de Nicolás Maduro não tem encontrado elementos que o incentivem a retornar aos trilhos institucionais sem que ameacem sua permanência no controle político do país. A pressão diplomática e as sanções econômicas aplicadas pelos EUA tampouco têm sido incentivos suficientes para quebrar a estrutura dominante que sustenta o regime e encaminhar o país à redemocratização. De fato, Maduro e seus colaboradores têm participado nas iniciativas de diálogo, mas instrumentaliza as negociações para ganhar tempo, dividir e desmobilizar a oposição. Exemplo disso é o fracasso das negociações de Barbados de 2019, cuja agenda previa o fim das sanções, a restauração de pesos e contrapesos constitucionais, condições para um processo eleitoral, termos de uma transição política e garantias pós-eleitorais (CRISIS GROUP, 2019). Por outro lado, um elemento problemático para destravar a crise é a divergência de visões na oposição sobre a rota para pressionar por uma transição à democracia no país, assim como as condições colocadas para negociar com o regime, que, em muitos casos, não têm adequada racionalização das exigências e dificultam o alcance de resultados (RENDON e FERNANDEZ, 2021)¹⁶.

Nessas condições, Maduro, por meio do TSJ, designou novas autoridades do poder eleitoral em junho de 2020, retirou o controle dos principais partidos de oposição das suas autoridades e avançou na organização dos comícios legislativos de dezembro de 2020 sem garantias de integridade eleitoral, permitindo só a participação de um setor minoritário da oposição para recriar a ocorrência de uma eleição competitiva (ACNUDH, 2020b; BBC, 2020). Para este pleito, o regime tentou negociar com um setor da oposição, liderado por Henrique Capriles, para participar na eleição em troca da concessão de algumas garantias, entre elas, a possibilidade de levantar a inhabilitação política do ex-governador (INFOBAE, 2020). Ao mesmo tempo, Maduro ofereceu à União Europeia (UE) a possibilidade de enviar uma missão de observação internacional. Porém, tanto Capriles quanto o Alto Representante da UE para os Negócios Estrangeiros e a Política de Segurança, Josep Borrell, declinaram após não obterem de Maduro a postergação das eleições, pois seria necessário ainda estabelecer condições mínimas à organização de uma eleição limpa, transparente e verificável (REUTERS, 2020). Assim, o regime chavista terminou 2020, retomando controle do Parlamento e se estabilizando no exercício do poder político do país.

¹⁶ Para mais detalhes sobre as experiências das tentativas de impulsionar o diálogo e a negociação entre os atores políticos na Venezuela, ver Rendon e Fernandez (2021).

4. Implicações internacionais da crise venezuelana

A crise multidimensional que assola o Petro-Estado venezuelano gerou reverberações internacionais que merecem ser analisadas. Além do impacto do colapso petrolífero sobre a realidade socioeconômica e político-institucional interna, a crise venezuelana evidenciou a polaridade na política externa dos países latino-americanos e a disfunção de organismos regionais. Além disso, revelaram-se clivagens geopolíticas decorrentes do crescente envolvimento de atores extrarregionais, como potências globais antitéticas com os Estados Unidos, que desempenham um papel importante na sustentação de Maduro no poder político nos últimos anos. Assim, as dimensões externas passaram a influenciar a crise no país e a manutenção do regime político, tornando a Venezuela uma crescente preocupação para a comunidade internacional.

4.1. Política Externa e Fragmentação dos Organismos Regionais

O repúdio ao governo de Nicolás Maduro se relaciona com o fim do ciclo político progressista e a eleição de governos de orientação neoliberal na América do Sul (ALBUQUERQUE, 2017). Em contraposição ao governo de Hugo Chávez, que coincidiu com outros de esquerda (Lula da Silva, Evo Morales, Néstor/Cristina Kirchner e Michelle Bachelet), o governo Maduro também sofreu um processo de deslegitimação no âmbito internacional (*Ibidem*, 2017). Transversalmente, temas como liberdades individuais e coletivas, eleições livres e limpas, bem como os direitos humanos, elevam a denúncia contra, preponderantemente, a legitimidade das instituições do regime ou, em menor escala, as ofensivas e estratégias da oposição para derrubar o governo.

O ambiente de conflagração na Venezuela, ao largo da normalidade democrática, também sublinha a politização da política externa dos países da região¹⁷. Evidência disso são a mencionada reorientação política regional, e seus reflexos na política externa dos governos instituídos – de orientação à direita –, à medida que estes procurem reunir e manter suas bases de apoio, institucionais ou não. Assim, a crise venezuelana também possui desdobramentos externos, especialmente na política externa dos países latino-americanos, pois “*como as questões que estão em jogo nestes países polarizam as forças em movimento, quaisquer que sejam os resultados eles impactarão no quadro político da América Latina*” (PINHEIRO e LIMA, 2018, p.4).

A crise na Venezuela e a mudança no pêndulo ideológico na região revelam o que Velasco Júnior (2019) denomina de fragmentada arquitetura de governança regional, pois a reduzida delegação de soberania e o enfoque político (ao invés do econômico) tornam os entes regionais mais sensíveis às

¹⁷ Tal politização se refere ao choque de ideias entre atores domésticos distintos, a fim de que seus interesses sejam contemplados e os resultados da ação externa, previstos (MILANI & PINHEIRO, 2013).

mudanças de governos. Então, a fragmentação dos processos de integração regional inviabiliza a capacidade e a autonomia na solução de controvérsias (VELASCO JÚNIOR, 2019). Logo, a falta de êxito nas mediações regionais, justamente pela rivalidade político-ideológica manifestada e, com efeito, a falta de confiança entre as partes nos mediadores, aproxima negociadores e mediadores extrarregionais: em 2017, o ex-presidente da Espanha, Rodríguez Zapatero; e, em 2019, a Noruega e o Grupo Internacional de Contato, criado pela UE. Em síntese, a fragmentação regional revela uma pulverização de normas e de mecanismos às margens das instâncias consideradas tradicionais, cuja paralisia e menor relevância colocaram a política para a Venezuela no isolamento.

Nessa lógica, o Grupo de Lima¹⁸, criado em agosto de 2017, tornou-se a única articulação informal mais duradoura sobre o tema, embora tenha apresentado uma abordagem isolacionista e crítica ao regime (WEBER, 2018). Exemplo claro dessa abordagem foi o não reconhecimento da reeleição de Maduro, em 2018, seguido do anúncio de que restringiria o acesso de altos funcionários do regime aos países-membros, suspenderia a cooperação militar e recorreria a entidades financeiras internacionais para que não disponibilizassem créditos à Venezuela (ESTADO DE MINAS, 2019). Assim, a fragmentada governança regional, somada à ausência de uma liderança latino-americana clara, revela a capacidade do Grupo de Lima em não mais do que pressionar diplomaticamente o regime venezuelano.

Os desafios econômicos que se acentuaram na Venezuela após a queda dos preços do petróleo, a partir de 2014, também levaram à ruína as credenciais da política externa desse país. Interrompeu-se, por exemplo, a continuidade da “diplomacia dos povos”, que conjugava apoio financeiro, projetos sociais e cooperação para desenvolvimento da região; e, a influência junto aos países-membros da Aliança Bolivariana para os Povos da Nossa América (ALBA) e aos beneficiados pela iniciativa Petrocaribe, que contavam com financiamento facilitado para a importação do petróleo venezuelano (VELASCO JÚNIOR, 2019; DOS SANTOS e WEBER, 2017). Foi o peso do petróleo venezuelano no mercado que garantiu o êxito da política externa inaugurada por Chávez, cujo principal resultado integracionista se materializou na União de Nações Sul-Americanas (UNASUL) – projeto lançado por ele na I Cúpula Energética da América do Sul (2007) (ALBUQUERQUE, 2017).

No entanto, com a reorientação político-ideológica dos governos da região, tornaram-se frequentes críticas públicas, denúncias de violação dos direitos humanos e solicitações de exclusão da Venezuela de organismos regionais. Em 2016, a Venezuela já havia sido suspensa administrativamente e impedida de assumir a presidência *pro-tempore* do Mercado Comum do Sul (Mercosul) por não ter

¹⁸ Os países-membros originais são Argentina, Brasil, Canadá, Chile, Colômbia, Costa Rica, Guatemala, Honduras, México, Panamá, Paraguai e Peru. Em 2019, Bolívia (com a queda de Evo Morales), Guiana e Santa Lúcia também se inseriram.

honrado compromissos desde a adesão em 2012 (G1, 2016). Em 2017, quatorze países americanos¹⁹ trouxeram à pauta a liberação de presos políticos e a legitimidade da AN. Já se discutia, inclusive, a suspensão no Mercosul mediante a cláusula democrática do Protocolo de Ushuaia (1998), o que se concretizou em agosto de 2017, e na Organização dos Estados Americanos (OEA), por meio da Carta Democrática Interamericana (2001).

A abordagem dos países da região se agudizou à medida que o contexto interno venezuelano se radicalizava, evidenciando a contínua interface entre os planos doméstico e internacional. A convocação da ANC gerou ainda maior repercussão e dissenso junto aos organismos regionais, como se verificou durante a 29ª reunião de chanceleres da OEA, em maio de 2017, seguida pela Assembleia Geral, em junho. De um lado, países-membros da Comunidade do Caribe (CARICOM) e da ALBA adotaram tom moderado, em defesa dos princípios da não ingerência e da soberania, de soluções consentidas pela Venezuela, além de proporem a criação de grupo de mediação entre governo e oposição (DOS SANTOS; WEBER, 2017). Por outro, países-membros da Aliança do Pacífico e do Mercosul, bem como aqueles que constituiriam o Grupo de Lima, defenderam uma posição assertiva sobre a complementariedade da não ingerência e da defesa da democracia, não existindo espaço para indiferença (*Ibidem*, 2017).

Assim, com a maioria dos governos de orientação à direita, a OEA, segundo Dos Santos e Weber (2017), tornou-se o palco prioritário dos debates, cujo secretário-geral, Luis Almagro, provou-se favorável a resoluções que denunciassem a ruptura democrática na Venezuela, restando ao governo Maduro anunciar sua retirada formal, em abril de 2017, e condenar a organização como ilegítima e ideologicamente cooptada pelos EUA. A OEA, então, aprovou a resolução apresentada pela Colômbia (e apoiada por Argentina, Brasil, Canadá, Chile, Paraguai e Peru), em abril de 2019, para reconhecer como representante venezuelano junto à organização o indicado por Juan Guaidó (O GLOBO, 2019). Ademais, na OEA logrou-se a reativação do Tratado Interamericano de Assistência Recíproca (TIAR), em setembro de 2019, que alerta simbolicamente para a securitização da crise venezuelana.

A narrativa da segurança ganha contornos devido, especialmente, às tensões em locais fronteiriços, o que também pode ser analisado em função da governança regional fragmentada, suscitando uma concepção negativa e securitizada sobre a fronteira. Neste padrão, a fronteira é percebida como fonte de conflito e rivalidade, sobre a qual a soberania do Estado deve ser assegurada, ao invés de um espaço que requer ação multilateral e gerenciamento compartilhado (NIÑO, 2017).

¹⁹ Os países são Argentina, Brasil, Canadá, Chile, Colômbia, Costa Rica, Guatemala, Honduras, México, Panamá, Paraguai, Peru, Estados Unidos e Uruguai.

Nesse sentido, a crise venezuelana ilustra uma constante tensão com os vizinhos, sobretudo a Guiana e a Colômbia. Com esta, há uma tensão diplomática preexistente relacionada à sua proximidade política com os EUA, mas, atualmente, são frequentes ao longo da fronteira fechamentos e movimentações militares, securitização do fluxo migratório e atuação de guerrilhas (*Ibidem*, 2017). Especialmente, a aliança do regime venezuelano com algumas guerrilhas significa a manutenção do controle em regiões de fronteira, o que é visto pela Colômbia como intimidação para um possível ataque (CABRAL, 2021). Por outro lado, a Venezuela observa que ataques de dissidentes das Forças Armadas Revolucionárias da Colômbia (FARC) seriam estimulados pela Colômbia e pelos EUA para desestabilizar o país (*Ibidem*, 2021). Já com a Guiana, há uma tensão histórica sobre o território, recursos hídricos e domínio marítimo a oeste do rio Essequibo, o que se acentuou após um decreto unilateral de Maduro, em janeiro de 2021, impor simbolicamente sua soberania nesta região, cuja possibilidade de escalada poderia, inclusive, envolver os EUA devido às atividades de E&P da companhia ExxonMobil na bacia Guiana-Suriname (NEWSROOM, 2021).

Ao mesmo tempo em que a OEA e o Grupo de Lima cumpriam a abordagem de isolamento, organismos pouco institucionalizados como a UNASUL foram abandonados pelos governos de direita, paralisando ferramentas como o Conselho de Defesa Sul-Americano (CDS), que abrangia a cooperação na área militar e política. Especialmente após o impeachment de Dilma Rousseff, no Brasil, e a ascensão de Mauricio Macri, na Argentina, o isolamento da Venezuela e o abandono da UNASUL regeram suas políticas externas (VELASCO JÚNIOR, 2019). Trata-se de uma abordagem distinta tanto entre políticas externas dos governos constituídos na região quanto daquela apresentada entre, no mesmo país, o governo constituído e o antecessor. Porém, isso não significa descartar a própria inoperância da UNASUL, desprovida de mecanismos supranacionais e marcada por clivagens intergovernamentais, a exemplo da incapacidade de escolher, em 2018, um sucessor ao Secretário-Geral Ernesto Samper, o que adiantou a retirada de seis países-membros: Argentina, Brasil, Chile, Colômbia, Paraguai e Peru (*Ibidem*, 2019).

Mesmo a mais recente reorientação à esquerda com os governos de López Obrador (2018), no México, e de Alberto Fernández (2019), na Argentina, não foi suficiente para contornar a abordagem regional de isolamento à Venezuela. Ambos os países, pelo contrário, mantiveram-se no Grupo de Lima, embora trouxessem à tona dissenso e abstenção nas comunicações deste mecanismo informal²⁰ – reflexo claro da fragmentação latino-americana. Isso significa, portanto, que as ferramentas para a análise do âmbito regional são insuficientes se desconsideradas as variáveis domésticas da Venezuela,

²⁰ A Argentina permaneceu no Grupo de Lima até março de 2021 (CENTENERA, 2021).

que promoveram o lapso institucional no país, e dos países da região, percebidas nas alterações político-ideológicas dos governos constituídos.

4.2. Impactos extrarregionais

A crise venezuelana transborda a América Latina ao envolver Estados localizados mais além da região tanto na pressão por uma mudança política, quanto pela colaboração para garantir a permanência de Nicolás Maduro no poder. A deterioração da crise política e a situação dos direitos humanos no país provocaram um envolvimento ativo dos EUA e da UE mediante a pressão diplomática e a adoção de sanções individuais e econômicas. Nesse contexto, as relações construídas desde os governos Chávez com distintos Estados críticos à posição dos EUA no mundo, passaram a desempenhar um papel importante para balancear a pressão dos países ocidentais²¹. Assim, além de Cuba, atores extrarregionais passaram a contribuir para a manutenção de Maduro no poder (RENDON e FERNANDEZ, 2020). Em decorrência disso, uma possível solução à crise política contemplaria os interesses de um grupo de atores como Cuba, Irã, Turquia, China e Rússia.

Com Cuba desenvolveu-se uma estreita relação por afinidade ideológica e visão compartilhada entre Chávez e Fidel Castro sobre os rumos da região em contrariedade aos EUA. Desde o início da década de 2000, o governo Chávez assinou diversos acordos de cooperação com o regime cubano para a transferência de petróleo e apoio em matéria de telecomunicações, em troca da prestação de serviços de saúde e assessoria em matéria política (FONSECA e POLGA-HECIMOVIICH, 2020). Como parte desses acordos, até 2015 mais de 40 mil técnicos cubanos se instalaram na Venezuela, promovendo uma extensa rede de inteligência ao serviço do regime cubano com acesso direto à cúpula presidencial (RENDON e FERNANDEZ, 2020). Apesar do colapso econômico da Venezuela, o país sul-americano continua desempenhando um papel importante na estabilidade econômica da ilha, devido, por exemplo, à exportação de em média 100 mil bpd, em maio de 2020 (*Ibidem*, 2020). Em compensação, os funcionários cubanos desempenham um papel central no sistema de controle social, prestando serviços de inteligência e contrainteligência às Forças Armadas da Venezuela (FONSECA e POLGA-HECIMOVIICH, 2020).

Com o Irã, a Venezuela mantém relações diplomáticas desde a década de 1970, as quais foram aprofundadas nos governos Chávez para além do petróleo no âmbito da Organização dos Países Exportadores de Petróleo (OPEP). Houve diversos acordos para a instalação de empresas iranianas no

²¹ O governo Chávez avaliou o contexto internacional da década de 1990 como o de declínio da ordem liberal estadunidense e assumiu uma política ativa para debilitar a posição dos EUA, especialmente na América Latina. Para isso, Chávez utilizou todos os recursos à disposição do Estado, aproveitando-se o *boom* das matérias primas que posicionou a Venezuela acima da sua estatura real no sistema internacional (MIJARES, 2019).

setor de petróleo, automotriz, tratores e cimento. Apesar de resultados pouco expressivos, o marco da relação entre Chávez e Mahmoud Ahmadinejad serviu de ponte diplomática e comercial entre o Irã e outros governos latino-americanos²². Em face da crescente pressão internacional sobre o Irã e a Venezuela, bem como da necessidade de evadir as sanções dos EUA, a relação bilateral ganhou um novo fôlego. Nesse contexto, o governo de Hassan Rohani tem fornecido petróleo, produtos refinados e assistência técnica para a reativação do parque de refino venezuelano (RENDON e FERNANDEZ, 2020).

No caso da Turquia, as relações começaram no governo Maduro após a tentativa de golpe de 2016, na qual, apoiadores do governo turco argumentam que os EUA tiveram algum envolvimento, e que levou à aproximação entre ambos os regimes. Desde 2018, as operações venezuelanas de refino de ouro foram transferidas da Suíça para a Turquia, exportando, em 2020, ouro não monetário por um valor em torno de US\$ 900 milhões. Negocia-se também a troca de ouro por produtos alimentícios ao Comitê Local de Abastecimento e Produção (CLAP). Após as sanções de 2019, a relação com a Turquia favoreceu a exportação de petróleo, para onde cerca de 8% do total foram enviados em abril de 2020 (ONET, 2020; RENDON e FERNANDEZ, 2020).

No caso da China, a aproximação ocorreu no governo Chávez, coincidindo os interesses de exportar óleo venezuelano a mercados alternativos ao norte-americano e da crescente demanda do país asiático por matérias primas. Desde 2007, a China concedeu financiamento superior a US\$ 64 bilhões em troca de petróleo e diversos acordos de cooperação em matéria produtiva, tecnológica e cultural, os quais não se sustentaram (KAPLAN e PENFOLD, 2019). Ainda que a Venezuela tenha pagado a maior parte desses empréstimos, o governo chinês interrompeu linhas de crédito em 2017 e 2020 devido à incapacidade da PDVSA em cumprir compromissos financeiros e de fornecimento, de cerca de US\$ 20 bilhões (CLAVIJO e ALMEIDA, 2020; ARMAS e PONS, 2020). Além das questões econômicas, a relação Venezuela-China também possui a motivação de desafiar a hegemonia dos EUA.

Por fim, com a Rússia, a aproximação começou no terreno militar – cooperação em tecnologia e segurança presidencial –, seguido pelo setor de óleo e gás (ROUVINSKI, 2020). Geopoliticamente, a relação bilateral materializa o interesse do governo de Vladimir Putin em criar entraves aos EUA no seu próprio hemisfério, em resposta à posição dos mesmos na Ucrânia (MIJARES, 2019; ROUVINSKI, 2020). Em matéria de óleo e gás, a Rússia passou a desempenhar um papel importante na concessão de empréstimos e em atividades de E&P da Rosneft em conjunto com a PDVSA, a exemplo dos campos de gás offshore do projeto Mariscal Sucre e petróleo no cinturão do Orinoco

²² Exemplo de Nicarágua, Bolívia e Equador.

(MUKHTARLI, 2017). Mediante a Rosneft, o regime de Maduro tem evadido as sanções ocidentais e exportado aos mercados da China e da Índia. Mesmo após as sanções estadunidenses contra a Rosneft, por manter negócios com a PDVSA, os ativos da operadora foram transferidos pelo governo russo a uma empresa de sua exclusiva propriedade; uma alternativa para respaldar o regime de Nicolás Maduro sem afetar o mercado da principal empresa de petróleo do país (KHRENNIKOVA e TANAS, 2020).

Comentários Finais

Durante a era Maduro, a PDVSA se encontrou em uma situação de incapacidade operacional e financeira para sustentar seus níveis de produção, decorrente não apenas de um histórico de vulnerabilidade estrutural do petro-Estado venezuelano, mas também de vinte anos de má gestão da indústria sob o regime chavista. Apesar do contexto internacional desfavorável na cotação das matérias primas, a recuperação dos preços do barril em 2016 não foi suficiente para retomar a capacidade de produção da Venezuela, tampouco o fato de que o país possui as maiores reservas de petróleo do planeta. Seguido pela adoção das sanções financeiras de 2017 e comerciais de 2019, o ritmo do colapso do setor petrolífero se acelerou.

Desde o início do século XX, como é característico dos Petro-Estados, o auge da indústria do petróleo marcou o desenvolvimento dos indicadores econômicos, sociais e políticos, atrelando a estabilidade nacional ao desempenho da produção de petróleo e ao comportamento dos preços do barril no mercado internacional. As políticas adotadas durante a era Chávez aprofundaram a dependência do petróleo e, portanto, a fragilidade estrutural da economia venezuelana. Em termos de gestão, a era Chávez esvaziou as capacidades técnicas e financeiras da PDVSA, além da adoção de um leque de controles sobre a atividade econômica, má gestão da política macroeconômica e numerosos casos de corrupção que contribuíram para aumentar o controle do Estado sobre a economia, porém, deixando-a mais vulnerável a choques externos. Dessa forma, quando a produção do petróleo entrou em colapso, o comportamento dos indicadores socioeconômicos acompanhou esse declínio, culminando uma realidade econômica e social sem precedentes na história do país.

Em nível político, a renda petrolífera foi claramente utilizada em mecanismos de distribuição de riqueza por meio de esquemas clientelistas. Paralelamente, desde os governos de Hugo Chávez, a renda petrolífera financiou um projeto político personalista e autoritário que dilapidou concomitantemente a institucionalidade democrática e a estrutura social no país. Quando Maduro tomou posse, o chavismo aprofundou o controle institucional do país desconhecendo as normas democráticas e a própria Constituição para se aferrar ao poder. Apesar das dimensões do colapso econômico e social, e do aprofundamento da crise política, Maduro e seus colaboradores têm se

perpetuado no poder devido ao uso de um sofisticado sistema de dominação e controle social construído e aprimorado desde os governos Chávez, baseado no controle interno das entidades do Estado, incluindo os corpos de segurança e as mídias de comunicação pública, nos grupos irregulares inseridos no país e, em vários momentos, na colaboração de atores externos, regionais e extrarregionais.

Em nível internacional, o aprofundamento da crise significa um desafio importante, principalmente, para os países vizinhos da região, à medida que desnuda a fragmentada arquitetura de mecanismos regionais de cooperação, como a OEA, a Unasul e o Grupo de Lima. Tais mecanismos não atenderam devidamente a situação e não conseguiram uma posição compartilhada capaz de contribuir de forma positiva na busca de uma saída pacífica. As diversas visões sobre a crise acabaram polarizando os países da região, inclusive no âmbito interno, minando a possibilidade de agir de forma coordenada. Nesse quesito, a indisposição de Maduro e a agenda de exigências da oposição também afetaram a possibilidade de alcançar soluções para conduzir a Venezuela à redemocratização. Ademais, a crise venezuelana expôs as tensões fronteiriças regionais, marcadas por abordagens de securitização, incluindo a atuação de milícias transfronteiriças e o fluxo migratório. O quadro de deterioração política e de securitização da crise por Nicolás Maduro, seja revivendo querelas limítrofes, ou incentivando a atuação de grupos irregulares mais além de suas fronteiras, colocaram a Venezuela como o maior foco de instabilidade regional.

Finalmente, o colapso da indústria do petróleo e, com efeito, a crise multidimensional na Venezuela responde aos elementos estruturantes do Petro-Estado, que se aprofundaram com a má-gestão do regime chavista. Entretanto, a crise não trouxe a derrocada do Maduro, pelo contrário, sua perpetuação tem relação não apenas com os mecanismos de controle interno supracitados, mas também com as dificuldades para uma solução política dentro da fragmentada arquitetura de organismos regionais e com as alianças geopolíticas extrarregionais que conferiram algum grau de legitimidade internacional ao regime. Dessa forma, o envolvimento de atores regionais e extrarregionais dificultou a possibilidade de que a solução da crise seja somente a partir do entendimento entre os venezuelanos.

Referências bibliográficas

ABUELAFIA, E.; SABOIN, S. Los desafíos para la recuperación de Venezuela y el impacto del COVID-19. Banco Interamericano de Desarrollo (BID), **texto de discusión n° IDB-DP-00849**, diciembre de 2020.

ACCESO A LA JUSTICIA (2020). *Golpe Constitucional. Acceso a la Justicia*, Caracas, 2020. Disponível em: < <https://www.accesoalajusticia.org/golpe-constitucional/>>. Acesso em: 12 nov. 2020.

- ALARCON, Benigno (2016). Transición autocrática. **Polítik UCAB**, Caracas, 2016. Disponível em: <<https://bityli.com/g0trT>>. Acesso em: 11 nov. 2020.
- ALBUQUERQUE, Marianna. Crise Política na Venezuela: Maduro e o “chavismo sem Chávez”. **Boletim OPSA**. N. 1, Jan./Mar. 2017, p. 5-7. Disponível em: <<https://bityli.com/ELUT2>>. Acesso em: 24 ago. 2020.
- ANOVA. Impacto de las Sanciones Financieras Internacionales contra Venezuela: Nueva Evidencia. **ANOVA**, Caracas, 2021. Disponível em: <<https://url.gratis/bgORS>>. Acesso em: 15 fev. 2021.
- ARMAS, M.; COHEN, L.; PONS, C. (2020). Venezuela’s Maduro seeks oil contract changes with congressional shakeup: lawmakers. **Reuters**, 2020. Disponível em: <<https://url.gratis/X0DX9>>. Acesso em: 25 jan. 2020.
- ARRÁIZ LUCCA, Rafael. **Venezuela: 1830 a nuestros días**. Caracas: Editorial Alfa, 2007.
- BVC. Estadísticas. **Banco Central de Venezuela**, Caracas, 2021. Disponível em: <<http://www.bcv.org.ve/#>>. Acesso em: 30 mar. 2021.
- BATISTA, Thaís J. Dois presidentes e três assembleias: a crise na Venezuela se aprofunda. **Boletim OPSA**. N. 1, Jan./Mar. 2020, p. 26-30. Disponível em: <<https://url.gratis/uPvN5>>. Acesso em: 08 set. 2020.
- BBC (2020). La polémica designación del Tribunal Supremo de Venezuela de un nuevo Consejo Electoral: ¿qué significa para el conflicto político del país? **BBC Mundo**, 2020. Disponível em: <<https://url.gratis/jJtOpm>>. Acesso em: 12 nov. 2020.
- BP. Statistical Review of World Energy 2020. **British Petroleum**, 2020. Disponível em: <<https://url.gratis/i0liSQ>>. Acesso em: 15 fev. 2021.
- BAHAR, D.; BUSTOS, S.; MORALES, J.; SANTOS, M. Impact of the 2017 Sanctions on Venezuela: Revisiting the Evidence. Global Economy and Development at Brookings. **Policy Brief**, Maio, 2019.
- BANCO MUNDIAL. Country Data: Venezuela, BR. **Banco Mundial**. Disponível em: <<https://data.worldbank.org/country/venezuela-rb>>. Acesso em: 06 mai, 2021.
- CABRAL, Victor. Conflito na Fronteira entre Colômbia e Venezuela. **Boletim Geocorrente**, N° 138. Publicado em 06 de maio de 2021. Disponível em: <<https://url.gratis/epr9h>>. Acesso em: 20 mai. 2021
- CANADÁ. Statement by Chair of G20 on electoral process in Venezuela. Ottawa, 2020. Disponível em: <<https://url.gratis/ZFsOYO>>. Acesso em: 12 nov. 2020.
- CENTENERA, Mar. Argentina se retira do Grupo de Lima: “Isolar o Governo da Venezuela não levou a nada”. **El PAIS** de Espanha. Disponível em: <<https://url.gratis/CA0E37>>. Acesso em: 24 mar. 2021.
- CHAUSTE, M.; MIJARES, V. Cómo fallan los Petroestados: análisis del caso Venezuela. **Cuadernos CENDES**. Vol 37, No 103, 2020.
- CLAVIJO, W.; ALMEIDA, E. A Venezuela na geopolítica do petróleo norte-americana: uma análise à luz das novas realidades do mercado internacional de petróleo. **Revista Oikos**, volume 18, n.3, 2020.
- CRS. Venezuela: Overview of U.S. Sanctions. **Congressional Research Service**, 2020. Available at: <<https://fas.org/sgp/crs/row/IF10715.pdf>>. Acesso em: 10 de dezembro de 2020.

CORRALEZ, J.; PENFOLD, M. **Dragon in the Tropics: Hugo Chavez and the political economy of revolution in Venezuela**. Washington: Brookings Institution Press, 2011.

CORRALEZ, Javier. Democratic backsliding through electoral irregularities: The case of Venezuela. **European Review of Latin American and Caribbean Studies**, nº 109, January-June, 2020, pp. 41-65.

CRISIS GROUP. Peace in Venezuela: Is There Life after the Barbados Talks? **Crisis Group** Briefing 41, 2019. Disponível em: <<https://url.gratis/pWLZW>>. Acesso em: 13 nov. 2020.

DEBATE IESA. Le resultará muy difícil al país reactivar la enorme cantidad de empresas cerradas. **IESA**, Caracas, 2015. Disponível em: <<https://url.gratis/kPNtmO>>. Acesso em: 20 mar. 2021.

DE JESUS, F. D.; CARDOSO, J. V. M. Vulnerabilidade Estrutural da Venezuela e os Impactos ao Entorno Estratégico Sul-Americano. **Revista Escola de Guerra Naval**, Rio de Janeiro, v. 25, nº 1, jan./abr. 2019, p. 226-252.

DOS SANTOS, L. W.; WEBER, L. A. A crise venezuelana e a polarização política na OEA. **Boletim OPSA**. N. 2, Abr./Jun. 2017, p. 6-10. Disponível em: <<https://url.gratis/rTh47a>>. Acesso em: 25 ago. 2020.

ESTADO DE MINAS. Grupo de Lima, sem o México, não reconhece governo da Venezuela com Maduro. **ESTADO DE MINAS**, Janeiro de 2019. Disponível em: <<https://url.gratis/uHCWc>>. Acesso em: 16 set. 2020.

FONSECA, Brian; POLGA-HECIMOVIH, John. (2020). Venezuela and Cuba: The Ties that Bind. **Wilson Center**, January 2020. Disponível em: <<https://url.gratis/ncdfE>>. Acesso em: 16 set. 2020.

FUNDO MONETÁRIO INTERNACIONAL (FMI). Base de dados. **FMI**, 2021. Disponível em: <<https://url.gratis/T8IXI9>>. Acesso em: 10 jan. 2020.

G1. Mercosul suspende Venezuela por não cumprir normas do bloco, dizem agências. **G1**, dezembro de 2016. Disponível em: <<https://url.gratis/beJg3>>. Acesso em: 15 set. 2020.

HERNANDEZ, José Ignacio. De juramentos y proclamas: una explicación. **Prodavinci**, janeiro de 2019. Disponível em: <<https://url.gratis/mkWO7>>. Acesso em: 12 nov. 2020.

INFOBAE. Henrique Capriles anunció que no participará de las elecciones parlamentarias convocadas por la dictadura de Maduro si no son aplazadas. **INFOBAE**, setembro de 2020. Disponível em: <<https://url.gratis/h6h8V>>. Acesso em: 12 nov. 2020.

KAPLAN S.; PENFOLD, M. China-Venezuela Economic Relations: Hedging Venezuelan Bets with Chinese Characteristics. **Wilson Center**. February, 2019. Disponível em: <<https://url.gratis/ajgA4v>>. Acesso em: 13 nov. 2020.

KARL, Terry Lynn. **The Paradox of Plenty: Oil Booms and Petro-States**. University of California Press, 1997.

KHRENNIKOVA, D.; TANAS, O. Rosneft Sells Venezuelan Assets as Fight With U.S. Grows. **Bloomberg**, março de 2020. Disponível em: <<https://url.gratis/NQoVN>>. Acesso em: 13 nov. 2020.

LEVITSKY, S.; ZIBLATT, D. **Como as democracias morrem**. Rio de Janeiro: Zahar, 2018.

LOPEZ-MAYA, Margarita. La crisis del chavismo en la Venezuela actual. In: Estudios Latinoamericanos, **Nueva Época**, nº 38, Julio-Diciembre, 2016, PP. 159-185.

_____. Venezuela: el ejercicio del poder y la naturaleza del régimen. **Tropico Absoluto**. Publicado em 02 de novembro de 2019. Disponível em: <<https://url.gratis/BhW07>>. Acesso em: 11 nov. 2020.

MIJARES, Victor . China y Rusia en Venezuela : un análisis comparado. **Cadernos de Estudos Estratégicos**, n. 02 /2019. Acesso em: 12 nov. 2020.

_____. The Survival of Venezuela's Bolivarian Revolution. **E-Relations**, 2020. Disponível: <<https://url.gratis/4Zcvjl>>. Acesso em: 12 nov. 2020.

MILANI, C. R. S.; PINHEIRO, L. Política Externa Brasileira: Os Desafios de sua Caracterização como Política Pública. **Contexto Internacional**, Rio de Janeiro, vol. 35, nº 1, janeiro/junho 2013, p. 11-41.

MONALDI, F.; HERNANDEZ, I.; LA ROSA, J. The Collapse of the Venezuelan Oil Industry: The Role of Above-Ground Risks Limiting FDI. Rice University's Baker Institute for Public Policy, **Working Paper**, 2020.

MORA CONTRERAS, j.; ROJAS, A.; FARGIER, M.; RAMIREZ, V.; VARGAS, G.; TONELLA, G.; NUÑEZ, C. **Venezuela: Estado rentista, reparto y desigualdad 1999-2014**. PEÑA, Carlos (Compilador). **Venezuela y tradición rentista: visiones, enfoques y evidencias**. 1a ed CLACSO, Ciudad Autónoma de Buenos Aires, 2017.

MORA CONTRERAS, Jesús. Venezuela: el petróleo y el socialismo del siglo XXI. **Cátedra**, (16), pp. 186-204, agosto, 2019.

MUKHTARLI, Fuad. *Russian Oil Giant Granted License To Develop Venezuela's Offshore Gas Deposits*. **Caspian News**, dezembro de 2017. Disponível em: <<https://url.gratis/ls8Za0/>>. Acesso em: 19 mai. 2021.

NIÑO, Edgar Andrés Londoño. Fronteiras sul-americanas: reflexões sobre as tensões e os conflitos recentes. **Boletim OPSA**. N. 4, Out./Dez. 2017, p. 6-9. Disponível em: <<https://url.gratis/utJoh>>. Acesso em 25 ago. 2020.

NEWSROOM. U.S not setting up military bases in Guyana or anywhere in the western hemisphere. **NEWSROOM**, janeiro de 2021. Disponível em: <<https://url.gratis/mWoCot>>. Acesso em 18 jan. 2021.

Oficina de Alto Comisionado de las Naciones Unidas para los Derechos Humanos ACNUDH. **Violaciones de los derechos humanos en la República Bolivariana de Venezuela: una espiral descendente que no parece tener fin**. Ginebra, 2018. Disponível em: <<https://url.gratis/yFFjp>>. Acesso em: 11 nov. 2020.

Informe de la Alta Comisionada de las Naciones Unidas para los Derechos Humanos sobre la situación de los derechos humanos en la República Bolivariana de Venezuela. 41º período de sesiones, 2019. Disponível em: <<https://url.gratis/2bdFZ>>. Acesso em: 11 nov. 2020.

Independencia del sistema de justicia y acceso a la justicia, incluyendo violaciones a los derechos económicos y sociales en la República Bolivariana de Venezuela, y situación de los derechos humanos en la región del Arco Minero del Orinoco. Consejo de Derechos Humanos, 44º período de sesiones. Disponível em: <<https://reliefweb.int/report/venezuela-bolivarian-republic/independencia-del-sistema-de-justicia-y-acceso-la-justicia>>. Acesso em: mar. 2021.

Conclusiones detalladas de la Misión internacional independiente de determinación de los hechos sobre la República Bolivariana de Venezuela. Consejo de Derechos Humanos. Cuadragésimo quinto período de sesiones. 14 de septiembre a 2 de octubre de 2020. Disponível em: <<https://url.gratis/drO45B>>. Acesso em: mar. 2021.

ONET, Imdat (2020). Turkey and Venezuela: An Alliance of Convenience. **Wilson Center**. Disponível em url: <<https://url.gratis/ja32Mq>>. Acesso em: 13 nov. 2021;

Organização das Nações Unidas (ONU). UN Office for the Coordination of Humanitarian Affairs. Briefing to the Security Council on the humanitarian situation in Venezuela. **ONU**, Abril de 2019. Disponível em: <<https://url.gratis/A4hfY>>. Acesso em: mar. 2020.

Organização de Países Exportadores de Petróleo (OPEP). Annual Statistical Bulletin. **OPEP**, 2019. Disponível em: <https://www.opec.org/opec_web/static_files_project/media/downloads/publications/ASB_2019.pdf>. Acesso em 14 dez. 2020.

PETRÓLEOS DE VENEZUELA S.A. (PDVSA). Informe de gestión 2016. **PDVSA**, Caracas, Venezuela, 2016.

PINHEIRO, L.; LIMA, M. As eleições presidenciais na América Latina, o que se pode esperar? Editorial. **Boletim OPSA**. N. 1, Jan./Mar. 2018, p. 4-5. Disponível em: <<https://url.gratis/oplxLA>>. Acesso em 25 ago. 2020.

Plataforma de Coordinación para Refugiados y Migrantes de Venezuela (R4V). Respuesta a los venezolanos. **ACNUR-OIM**. Disponível em: <<https://r4v.info/es/situations/platform>>. Acesso em: 10 mar. 2021.

Programa de Naciones Unidas para el Desarrollo (PNUD). Nota informativa para los países acerca del Informe sobre Desarrollo Humano. **PNUD**, 2020. Disponível em: <<https://url.gratis/NX1SR>>. Acesso em: 10 mar. 2021.

_____. Human Development Report 2020. **UNDP**, 2020a. Disponível em: <<http://hdr.undp.org/en/2020-report>>. Acesso em: 10 mar. 2021.

Programa Mundial de Alimentos (em inglês, WFP). Global Report on Food Crises 2020. **FWP**, 2020. Disponível em: <<https://url.gratis/H8Krf>>. Acesso em: 20 jan. 2021.

PUENTE, Juan. **Petróleo y revolución: Venezuela 1999-2013**. Em: STRAKA, Tomás (Compilador). **La nación petrolera: Venezuela 1914 – 2014**. Universidad Metropolitana, Caracas, Venezuela, 2016.

RAMIREZ, Eddie. **AÑOS DE DESASTINOS (2002-2018)**. Em: BREWER-CARIAS, Allan (Editor). **Cronica de uma destrucción**. Editorial Jurídica Venezolana, Caracas, 2018.

RENDON, M.; FERNANDEZ, C. The Fabulous Five: How Foreign Actors Prop up the Maduro Regime in Venezuela. **Center For Strategic & International Studies (CSIS)**, 2020. Disponível em url: <<https://url.gratis/2PFLXf>>. Acesso em: 13 nov. 2020.

_____. Lessons for Negotiations in Venezuela: A Roadmap. **Center For Strategic & International Studies (CSIS)**, 2021. Disponível em url: <<https://url.gratis/BEMqPq>>. Acesso em: 04 de jun. 2021.

REUTERS. UE descarta enviar observadores a votación en Venezuela el 6 de diciembre. **Reuters**, 2020. Disponível em url: <<https://url.gratis/eKWcNhttps://url.gratis/eKWcN>> . Acesso em: 12 de nov. 2020.

ROSALES, Antulio. El agotamiento del modelo de neo-extractivismo en Venezuela: causas económicas y sus implicancias globales. **Revista Pensamiento Propio**, numero 47, 2018.

_____. The Energy Politics of Venezuela. The Oxford Handbook of Energy Politics. Oxford University Press, 2020.

ROUVINSKI, Vladimir. Russian-Venezuelan Relations at a Crossroads. Wilson Center Latin American Program. **Kennan Institute**, 2020. Disponível em url: <<https://url.gratis/htQvPt>>. Acesso em: 17 de mar. 2020.

TAL CUAL. PDVSA produjo tantos ingresos como casos de corrupción. **Diário Tal Cual**, fevereiro de 2021. Disponível em: <<https://url.gratis/6iVZV>>. Acesso em: 17 de fev. 2020.

TRADING ECONOMICS. Venezuela Government Budget. **Trading Economics**, 2021. Disponível em: <<https://url.gratis/0ZLaRA>>. Acesso em 16 dez. 2020.

VELASCO JUNIOR, Paulo. A falência das instituições regionais diante da crise venezuelana. **Boletim OPSA**, N. 2, Abr./Jun., p. 6-12, 2019. Disponível em: <<https://url.gratis/JkTKn>>. Acesso em 27 ago. 2020.

WEBER, Leonardo Albarello. Eleições na Venezuela. **Boletim OPSA**. N. 2, Abr./Jun. 2018, p. 16-19. Disponível em: <<https://url.gratis/I2sOd>>. Acesso em 27 ago. 2020.